LEI COMPLEMENTAR Nº 638, DE 16 DE MAIO DE 2012.
Altera dispositivos da Lei Complementar nº 605, de 03 de Agosto de 2011.

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar.

Artigo 1º. O Inciso III do art. 214, da Lei Complementar nº 605, de 03 de Agosto de 2011 - Código Tributário Municipal, passa avigorar da seguinte forma:

Art. 214. -

III - Infrações relacionadas a livros fiscais:

- a) deixar de escriturar corretamente o livro mecanicamente ou eletronicamente, não informando os serviços prestados ou tomados, sujeitos ou não a retenção na fonte. Multa de R\$ 5,00 (cinco reais), por documento não lançado, observado a imposição mínima de 500,00 (quinhentos reais) e a máxima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).**
- b) extravio, perda, inutilização, permanência fora do estabelecimento em local não autorizado, de livro fiscal, bem como sua não exibição à autoridade fiscalizadora: multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por livro;**
- c) irregularidades na escrituração, tais como: rasuras, borrões, emendas, atraso de escrituração superior a 15 (quinze) dias do fato que deva ser objeto de registro, adulteração, vício ou falsificação: multa de R\$ 100,00 (cem reais);**
- d) falta de registro de entrada de bens para consertos, limpeza, lavagem, lubrificação e outros serviços ou falta de registro de matrícula de alunos quando obrigatório: multa equivalente a R\$ 100,00 (cem reais), por objeto ou aluno não registrado, observada a imposição mínima de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e máxima de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);**
- e) falta de registro de documento relativo à prestação de serviço, cuja operação não seja tributada**

ou que esteja isenta de impostos: multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor da operação constante no documento, até o máximo de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

f) outras irregularidades não previstas nas alíneas anteriores: multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais)."

Artigo 2º. O parágrafo 4º do art. 260, da Lei Complementar nº 605, de 03 de Agosto de 2011 - Código Tributário Municipal, passa avigorar da seguinte forma:

"Art. 260. –

§ 4º - Os membros efetivos que comporão a Junta terão mandato por 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos."

Artigo 3º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Leme, 16 de maio de 2012.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
PREFEITO MUNICIPAL